

# Apontamentos acerca dos métodos de pesquisa nas ciências sociais

## Research methods in social sciences

Márcia Sgarbieiro\*  
Jussara Ayres Bourguignon\*\*

**Resumo:** Este texto apresenta apontamentos acerca do método de pesquisa nas Ciências Sociais. Para tanto, apoiamos-nos em três clássicos do pensamento moderno: Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. Durkheim, com seu método comparativo, baseado nas ideias positivistas; Weber, com seu método compreensivo; e Marx, com seu método materialista dialético, influenciaram e ainda influenciam as pesquisas nas áreas das Ciências Sociais. Ao final, refletimos acerca da concepção de metodologia de pesquisa, baseada em Minayo (2007), considerando que, no processo de investigação, a metodologia é construção decorrente da relação sujeito/objeto, orientada por fundamentos teóricos claros e precisos.

**Palavras-chave:** Método. Pesquisa. Ciências Sociais.

**Abstract:** This article presents discusses research methods in the Social Sciences. To this end, the work of authors such as Émile Durkheim, Max Weber and Karl Marx who discuss the modern thought are considered. Durkheim with his comparative method based on positivistic ideas; Weber with his “understanding” method; and Marx with his materialistic dialectical method. These authors have influenced research in the Social Sciences. The article also reflects about the concept of research methodology based on Minayo (2007) that considers that in the process of investigation the methodology derives from the relation between subject and object guided by clear and precise theoretical support.

**Keywords:** Method. Research. Social Science.

Recebido em: 15/11/2009. Aceito em: 01/09/2010.

---

\* Assistente Social. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Docente do departamento de Serviço Social da UEPG. Ponta Grossa, Paraná, Brasil. E-mail: [marcia.sgarbieiro@yahoo.com.br](mailto:marcia.sgarbieiro@yahoo.com.br)

\*\* Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente da graduação em Serviço Social e mestrado em Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Ponta Grossa, Paraná, Brasil. E-mail: [jubourg@yahoo.com.br](mailto:jubourg@yahoo.com.br)

## 1 Introdução: Método de pesquisa científica

O exercício da pesquisa exige clareza tanto quanto aos fundamentos teóricos que orientam a investigação, como quanto aos procedimentos e instrumentos que o pesquisador elege para a busca de elementos empíricos que elucidem a problemática elaborada em torno de um objeto bem delimitado e problematizado teoricamente. Chizzotti (2008, p. 20) alerta que:

A pesquisa científica caracteriza-se pelo esforço sistemático de – usando critérios claros, explícitos e estruturados, com teoria, método e linguagem adequada – explicitar ou compreender os dados encontrados e, eventualmente, orientar a natureza ou as atividades humanas. A pesquisa pressupõe teorias ou visões de mundo que, em diferentes domínios do conhecimento, moldam a atividade investigativa e auxiliam a pesquisa.

Quanto ao método científico, Andery et al. (2003, p.14-15) escrevem:

O método científico é um conjunto de concepções sobre o homem, a natureza e o próprio conhecimento, que sustentam um conjunto de regras de ação, de procedimentos, prescritos para se construir conhecimento científico [...] O método científico é historicamente determinado e só pode ser compreendido dessa forma. O método é o reflexo das nossas necessidades e possibilidades materiais, ao mesmo tempo em que nelas interfere.

Com base na citação acima, percebemos que o conhecimento, a ciência e a pesquisa estão diretamente relacionados com o método científico, uma vez que o investigador faz uso de um suporte teórico e metodológico para produzir conhecimento. O método, assim como o conhecimento científico, é historicamente determinado, ou seja, modifica-se historicamente ao passo que o homem evolui. À medida que surgem novas necessidades, surgem novos métodos para supri-las.

Andery et al. (2003, p. 14) nos dão um exemplo de como o método é historicamente construído:

A observação e a experimentação, por exemplo, procedimentos metodológicos que passam a ser considerados, a partir de Galileu (século XVI), como teste para conhecimento

científico, não eram procedimentos utilizados para este fim na Grécia e na Idade Média.

Nesse último período, a Idade Média, as afirmações religiosas e a autoridade de alguns pensadores eram colocadas como critérios para a aceitação científica.

Pensamos na relação direta entre ciência e método, pois “o método [está] sujeito às mesmas interferências, determinações e transformações a que a ciência como um todo está sujeita”. (ANDERY et al., 2003, p. 15). Tanto o método quanto a ciência dependem da relação com o momento em que surgem e também das interferências que provocam e sofrem em diferentes momentos históricos aos quais estão ligados.

No processo de produção do conhecimento, a metodologia é construção resultante da relação sujeito-homem/objeto-natureza, que se dá no processo de pesquisa, orientada pelo método científico.

No próximo tópico trataremos dos fundamentos metodológicos das Ciências Sociais a partir dos clássicos Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. Ao final do texto abordaremos a nossa concepção de metodologia de pesquisa com base em Minayo. (2007a, 2007b).

## 2 Émile Durkheim

Durkheim é considerado o responsável por conseguir dar à Sociologia um caráter rigoroso e científico e de teoria globalizante, que busca compreender, de forma disciplinada e metódica, o “fato social”,<sup>1</sup> elevando a mesma à categoria de ciência.

Quanto ao método de análise da realidade, Durkheim (1995, p. 127) afirma:

Temos apenas um meio de demonstrar que um fenômeno é causa de outro: comparar os casos em que eles estão simultaneamente presentes ou ausentes e examinar se as variações que apresentam nessas diferentes combinações de circunstâncias testemunham que um depende do outro. Quando eles

<sup>1</sup> Segundo Durkheim (2004, p. 52), “é fato social toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter”. (grifos do autor).

podem ser artificialmente produzidos pelo observador, o método é a experimentação propriamente dita. Quando, ao contrário, a produção dos fatos não está à nossa disposição e só podemos aproximá-los tais como se produziram espontaneamente, o método empregado é o da experimentação indireta ou método comparativo.

Segundo Dias (2005, p. 185),

O método consiste em tomar todas as manifestações particulares do fenômeno sob investigação, compará-las e retirar as características comuns – comuns a todas. No início da pesquisa parte-se das características aparentes, atingindo-se, sempre pela comparação, as características menos visíveis, mais profundas.

Tomam-se primeiramente as características aparentes do fenômeno e, em seguida, as mesmas são submetidas à comparação. Depois, buscam-se as características que sejam comuns a todos os fenômenos. Dias (2005, p. 185) continua:

Utiliza-se o método comparativo, na busca das semelhanças; pela indução chega-se ao geral – o geral é o que é comum, o que se repete; produz-se a categoria geral por generalização. Se, por esse procedimento, constroem-se os conceitos científicos; se, por esse procedimento, definem-se os “fenômenos em geral”; então, por esse procedimento, retém-se o essencial, o fundamental.

No ato de comparar as características encontradas no processo com características de outros fenômenos, utiliza-se o *método comparativo*. E pelo *método indutivo* – do particular para o geral – as características que são comuns a todos os fenômenos constituem o geral. Para Durkheim, com as generalizações, constroem-se os conceitos científicos. Assim se encontra o essencial através de fenômenos que se repetem. O geral é o comum, a diferença é secundária.

[...] o que diferencia as manifestações particulares é secundário, ou seja, a diferença que a história introduz é secundária; em suma, a mudança é secundária. A construção das categorias gerais desqualifica a diferença como fundamental: importa o que, apesar da diferença, é constante; o que, apesar da mudança, permanece. (DIAS, 2005, p. 186).

A particularidade dos fenômenos é secundária. A autora ainda exemplifica que a diferença e a mudança que a história traz também são secundárias. Apesar de Durkheim acreditar na objetividade da ciência, ele dá um papel importante ao investigador:

De fato, apesar de negar o papel ativo do cientista na investigação do real, Durkheim confere um sentido próprio à comparação: é ele (e não os dados) que afirma que da comparação se devem retirar os aspectos comuns, que se repetem. Por que o que “salta aos olhos” não são as diferenças? (DIAS, 2005, p. 185).

É o cientista que tira da comparação os aspectos comuns que se repetem. Durkheim propunha estudar as sociedades mais simples para buscar os aspectos que deveriam ser comparados, e não as mais complexas. Dias (1995, p. 187-188) ainda escreve que:

[...] o fundamental é o que permanece; se assim é, então, o que muda é secundário. A possibilidade de ida para a origem, momento privilegiado para detectar as determinações mais gerais presentes em sociedades mais complexas, indica que na história o fundamental não se altera. Reitera-se, pois, o ser secundário da mudança.

Para Durkheim, o que muda na história é o secundário, pois o fundamental não modifica. O que se altera, o que é particular a cada fenômeno, é secundário na pesquisa.

Outra regra metodológica em Durkheim diz respeito às sensações. Ele escreve que a “sensação [é] matéria-prima necessária de todos os conceitos”. (DURKHEIM, 1995, p. 44). É pela sensação que se alcança o exterior das coisas.

É da sensação que emanam todas as idéias gerais, verdadeiras ou falsas, científicas ou não. Portanto, o ponto de partida da ciência ou conhecimento especulativo não poderia ser outro que o do conhecimento vulgar ou prático. É somente além dele, na maneira pela qual essa matéria comum é elaborada, que as divergências começam. (DURKHEIM, 1995, p. 44).

Mas a sensação é subjetiva; então, Durkheim afirma que o sociólogo deve tomar as mesmas precauções que o físico e afastar os dados que podem ser demasiados pessoais ao observador.

[...] uma sensação é tanto mais objetiva quanto maior a fixidez do objeto ao qual ela se relaciona; pois a condição de toda objetividade é a existência de um ponto de referência, constante e idêntico, ao qual a representação pode ser relacionada e que permite tudo o que ela tem de variável, portanto, de subjetivo. (DURKHEIM, 1995, p. 45).

Por essa razão, segundo a lógica de Durkheim, o essencial na história não modifica, para garantir mais objetividade. Quanto mais fixo for o ponto de partida, o ponto de referência, mais objetiva será a análise.

### 3 Max Weber

Segundo Cuin e Gresle (1994, p. 87), “Max Weber é hoje considerado – e com razão – o maior sociólogo que a Alemanha produziu”. Essa afirmação se baseia no fato de “que ele conseguiu dar à sociologia um quadro conceitual”. Isso porque Weber era conhecido pela “intensidade da dedicação à pesquisa e à reflexão metodológica”. Sua dedicação o fez ser conhecido como um dos grandes pensadores das Ciências Sociais modernas

Quanto à postura teórica de Weber, seu nome está ligado:

À formulação de um conceito básico para a análise histórico-social: o “tipo ideal”. Trata-se de recurso metodológico para ensejar a orientação do cientista no interior da inesgotável variedade de fenômenos observáveis na vida social. Consiste em enfatizar determinados traços da realidade. (COHN, 1997, p. 8).

Uma questão metodológica muito importante em Weber é que ele acreditava na neutralidade<sup>2</sup> das Ciências Sociais, ou seja, “O cientista deve abster-se de qualquer juízo de valor na sua análise, precisamente porque enquanto cientista não lhe cabe reivindicar um caráter imperativo para as suas conclusões”. (COHN, 1997, p. 19).

Nessa perspectiva, o juízo de valor deve ser considerado na análise do pesquisador. O cientista deve, portanto, “distinguir com o máximo rigor entre os enunciados que exprimem um ‘conhecimento empírico’ e os que exprimem ‘juízos de valor’”. (COHN, 1997, p. 22). Weber acreditava “que a validade do conhecimento obtido se mede pelo confronto com o real e não com quaisquer valores ou visões do mundo.” (COHN, 1997, p. 22). Mas isso não é tudo. Existe, sim, uma validade dos valores, quando esses

[...] orientam a escolha do objeto, a direção da investigação empírica, aquilo que é importante e acessório, o aparelho conceitual utilizado e a problemática de pesquisa e questões que se colocam ou não à realidade [...] Contudo, se os valores orientam a eleição das questões, Weber postula a necessidade da neutralidade axiológica quando do encaminhamento das respostas: elas devem ser neutras, já que a pesquisa deve caminhar por regras objetivas e universais. Os pressupostos da pesquisa são subjetivos, mas os resultados devem ser válidos e objetivamente aceitáveis. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 34).

Assim, segundo Weber, os valores do pesquisador (o que é subjetivo) devem orientar o início da pesquisa, suas escolhas e a direção que irá tomar. Mas no processo de análise e resposta da pesquisa, a neutralidade deve prevalecer para garantir respostas objetivas à realidade.

Weber também negava a utilização de um mesmo método para as Ciências Sociais e Naturais. Verificamos isso na citação abaixo:

No campo das ciências sociais, [...] o que nos interessa é o aspecto *qualitativo* dos fatos. [...] Nas ciências sociais, se trata da intervenção de fenômenos *espirituais*, cuja “compreensão” por revivência constitui uma tarefa especificamente diferente da que poderiam, ou quereriam, resolver as fórmulas do conhecimento exato da natureza. (WEBER, 1997, p. 90, grifos do autor).

As leis que regem as ciências da natureza não poderiam reger as Ciências Sociais. Sobre o método de apreensão do espírito humano (intelecto) em relação aos elementos constitutivos das Ciências Sociais, segundo Weber (1997, p. 96), os fenômenos espirituais evoluíram menos para a formulação de leis:

<sup>2</sup> Com relação à questão da neutralidade científica, concordamos com Japiassu (1975, p. 24-25), que defende: “Ela [atividade científica] é uma atividade humana e social como qualquer outra. Está impregnada de ideologias, de juízos de valor, de argumentos de autoridade, de dogmatismos ingênuos.” Cabe ao pesquisador, reconhecendo a impossibilidade da neutralidade, exercer a vigilância rigorosa do conjunto de valores que interferem no processo de investigação da realidade.

a) porque o conhecimento de leis sociais não é um conhecimento do socialmente real, mas unicamente um dos diversos meios auxiliares que o nosso pensamento utiliza para esse efeito, e

b) porque nenhum conhecimento dos acontecimentos *culturais* poderá ser concebido senão com base na *significação* que a realidade da vida, sempre configurada de modo individual, possui para nós em determinadas relações *singulares*. (grifos do autor).

A mente humana não absorve o real, mas sim o que ela própria seleciona do real. Aqui também entra a questão da individualidade, pois cada pesquisador pode absorver a realidade com algumas diferenças em relação aos demais. Isso justifica o apelo de Weber para deixar os valores de lado e promover um distanciamento entre o pesquisador e a realidade; o recurso à neutralidade. Quanto à questão dos valores, Weber (1997, p. 98, grifos do autor) escreve:

Por certo que sem as idéias de valor do investigador não existiria qualquer princípio de seleção nem conhecimento sensato do real singular e, assim como sem a *crença* do pesquisador na *significação* de um conteúdo cultural qualquer, resultaria completamente desprovido de sentido todo o estudo do conhecimento da realidade *individual*, também a orientação da sua convicção pessoal e a difração dos valores no espelho da sua alma conferem ao seu trabalho uma direção. E os valores a que o gênio científico refere os objetos da sua investigação poderão determinar a “concepção” que se fará de toda uma época. Isto é, não só poderão ser decisivos para aquilo que, nos fenômenos, se considera “valiosos”, mas ainda para o que passa por ser significativo ou insignificante, “importante” ou “secundário”.

Weber admite que os valores do pesquisador deem uma direção individual à pesquisa. Esses valores também podem mostrar características específicas de cada época histórica diferente.

Apenas as idéias de valor que dominam o investigador e uma época podem determinar o objeto do estudo e os limites desse estudo. No que se refere ao *método* da investigação – o “como” – é o ponto de vista dominante que determina a formação dos conceitos auxiliares

de que se utiliza; e quanto ao modo de *utilizá-los*, o investigador encontra-se evidentemente ligado às normas de nosso pensamento. Porque só é uma verdade científica aquilo que *pretende ser válido* para todos os que *querem* a verdade. (WEBER, 1997, p. 100, grifos do autor).

Os valores que dominam um investigador de uma época dão a direção do método utilizado na pesquisa. Mas não podemos dizer que o que é válido para um investigador não é válido para outro. Só pode ser considerado verdade aquilo que é válido para toda a comunidade científica.

Mas o que foi verdade científica numa determinada época, pode sofrer modificações e não ser mais válido para a época posterior. Mesmo que a ideia original ainda continue por consequência, ou influência, com o passar do tempo ela se modifica. Isso dá uma ideia de linearidade histórica. Essa ideia linear é bem diferente da ideia de Marx, que via o processo histórico contraditório e dialético em relação ao modo de produção capitalista.

#### 4 Karl Marx

Marx, por meio de sua produção marcada pelo método histórico dialético, apresenta uma nova concepção de conhecimento.

A produção das idéias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens aparecem [...] ainda como a emanção direta de seu comportamento material. (MARX; ENGELS, 1989, p. 20).

É a atividade material que determina as ideias, e não o contrário. O mesmo acontece com a produção intelectual.

São os homens que produzem suas representações, suas idéias etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar. (MARX; ENGELS, 1989, p. 20).

As forças produtivas dadas na realidade e seu desenvolvimento é que determinam as representações e ideias dos seres humanos. “A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente.” (MARX; ENGELS, 1989, p. 20).

Marx é bem enfático na crítica à concepção hegeliana, “que desce do céu para a terra, [...] Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”. (MARX; ENGELS, 1989, p. 21). Essa “inversão” que Marx promove afeta seu método de análise da realidade. Buscaremos agora apresentar o método materialista dialético proposto por Karl Marx.

Segundo Behring e Boschetti (2006, p. 36),

[...] o método crítico-dialético traz uma solução complexa e inovadora do ponto de vista da relação sujeito-objeto: uma perspectiva relacional, que foge ao empirismo positivista e funcionalista e ao idealismo culturalista.

Nessa fala, as autoras fazem um paralelo entre as ideias positivistas de Comte, funcionalistas de Durkheim e o idealismo culturalista de Weber. Entende-se que o método materialista dialético de Marx interpreta os fenômenos estudados a partir de uma perspectiva de totalidade. Com essa perspectiva, entendemos que o método marxista dialético nos revela o processo contraditório e complexo que cerca o objeto, estudando o contexto e fugindo da formalidade.

Para Netto (2004, p. 58),

O procedimento metodológico próprio a essa teoria [marxiana] consiste em partir do empírico (os “fatos”), apanhar as suas relações com outros conjuntos empíricos, investigar a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento interno e reconstruir no plano do pensamento todo esse processo. O circuito investigativo, recorrendo compulsoriamente à abstração, retorna sempre ao seu ponto de partida – e, a cada retorno compreende-o de modo cada vez mais incluso e abrangente. Os “fatos”, a cada nova abordagem, se apresentam como produtos de relações históricas crescentemente complexas e mediatizadas, podendo ser contextualizados de modo concreto e inseridos no movimento maior que os engendra. A pesquisa, portanto, procede por aproximações sucessivas ao real, agarrando a *história* dos processos simultaneamente às suas *particularidades internas*. (grifos do autor).

Nessa citação percebemos que a concepção de fatos não se reduz a de coisas, como escreve Durkheim, mas como algo complexo e que se modifica ao longo do processo e relações históricas.

Behring e Boschetti (2006, p. 32) escrevem que os fatos sociais

[...] tenderão a certa superficialidade. Se a realidade é o ponto de partida do processo de conhecimento, a descrição de processos e sua classificação poderão levar a uma representação caótica do todo e não à apreensão de sua lógica interna.

Isto é, se a realidade social é anterior ao indivíduo, a análise pode ficar apenas na aparência dos fatos em detrimento da essência. Diferentemente do que veremos em Marx.

Lembramos que existem muitos equívocos em relação à interpretação que se faz sobre a teoria social de Marx. Alguns afirmam que essa não corresponde à eficácia prevista. Como lembra Munhoz (2006, p. 26), a sua teoria pode ser criticada, mas não se pode negar a atualidade do método do abstrato ao concreto para a “leitura dos mais diversos fenômenos da realidade humano social”.

Nessa leitura da realidade, Munhoz (2006, p. 27) analisa como se dá esse processo. A autora deixa claro que o

[...] **fenômeno que se deseja conhecer** (a população de um determinado contexto, a violência familiar, a ineficiência do poder judiciário, a educação fundamental, [...]), **inicialmente se dá ao sujeito como concreto figurado, como aparência, como visão caótica. É um concreto sensível** (porque pode ser captado pelos sentidos mais imediatos), **mas...**, que **ao mesmo tempo é um abstrato, porque**, na verdade, **pouco se sabe dele** (do fenômeno), num primeiro contato. (grifos da autora).

Os primeiros elementos do fenômeno que se quer conhecer aparecem como algo que pode ser captado pelos sentidos, algo ainda superficial, como abstrato, mas, nesse sentido, abstrato porque pouco se sabe dele. Marx (2003, p. 247) deixa claro que, para estudarmos um determinado país, “se começássemos pela população teríamos uma visão caótica do todo”. Seria uma

visão do que é mais aparente em relação a tal país.

Marx (2003, p. 247) continua:

[...] através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado passaríamos a abstrações cada vez mais delicadas até atingirmos as determinações mais simples.

A partir de aproximações sucessivas à realidade se apreendem aspectos que particularizam os fenômenos de estudo. O que Marx chama de conceitos “mais simples”, na verdade, são conceitos mais precisos. Munhoz (2006, p. 27) explica muito bem a citação de Marx:

[...] mas..., através de uma análise, precisando os elementos que o compõem, chega-se a conceitos “mais simples” (porque mais precisos), onde os elementos constituintes do fenômeno estarão mais e melhor delimitados; vai-se chegando, assim, aos poucos, a “abstrações cada vez mais delicadas”. (grifos da autora).

A cada aproximação, como a citada acima, chega-se mais perto da essência do fenômeno estudado: “o estudioso vai obtendo uma percepção mais clara e precisa dos elementos que constituem o fenômeno.” (MUNHOZ, 2006, p. 27). Não que se alcance o resultado final, uma verdade inquestionável, mas uma aproximação mais precisa da realidade.

Depois desse percurso é preciso voltar ao elemento inicial, como no exemplo citado por Marx, a população de um determinado país. Marx (2003, p. 247) continua:

[...] seria necessário caminhar em sentido contrário até chegar finalmente de novo à população, que não seria, desta vez, a representação caótica de um todo, mas uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas.

Munhoz (2006, p. 27) explica:

Então, **aquele concreto figurado** (em princípio sensível, que se pode ver, quantificar às vezes até, **mas que mesmo assim é abstrato porque não conhecido na sua essência, no porquê de sua existência**), **vai se tornando cada vez mais percebido, no seu íntimo, pelo estudioso; vai deixando de ser**

**abstrato – porque genérico – para constituir-se como compreensão em termos de essência**, tendo em vista que, no processo de análise do mesmo, o sujeito foi conhecendo as determinações que o constituem. (grifos da autora)

É o que Marx (2003) chama de “síntese de múltiplas determinações”. No começo só se conhecia a aparência, o caótico; depois de se analisarem vários determinantes com relação ao fenômeno dado, é possível conhecer mais esse fenômeno, chegando-se a elementos sensíveis. Quando se pensa nesse novamente, já se conhecem muitos outros elementos sobre tal fenômeno. A isso se chama método do abstrato ao concreto, porque “o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade”. (MARX, 2003, p. 248).

O método dialético possibilita revelar o processo contraditório e complexo que cerca o objeto, estudando o contexto e fugindo da formalidade. Nessa perspectiva, também merece destaque a relação sujeito e objeto. Sobre isso Kuenzer (1998, p. 60) escreve:

[...] o marxismo relaciona sujeito e objeto na base real em que eles são unificados na história: o movimento do pensamento ocorre através da atividade histórica do homem em seu conjunto, havendo uma coincidência plena entre sujeito e objeto; através da prática, no transcurso da história, vão se constituindo, através da relação, o sujeito enquanto objetivado, e o objeto enquanto subjetivado, deixando de ser objeto em si. Assim, o pensamento torna-se objetivo, e as leis do pensamento coincidem com as leis do objeto.

O movimento do pensamento objetiva a unidade sujeito/objeto através da atividade humana, quando o homem incide sobre o objeto, no decorrer da história.

O método materialista dialético utiliza categorias como totalidade, mediação e contradição. Esses são elementos fundamentais para entender os processos sociais.

Com relação à categoria **totalidade**, Kosik (1976, p. 33) escreve que essa

[...] compreende a realidade nas suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a causalidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias, coloca-se em antítese à posição do

empirismo, que considera as manifestações fenomênicas e causais, não chegando a atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade.

O método em Marx pretende considerar os fenômenos a partir das conexões internas e fugir do empirismo que trabalha com a causa linear aparente, observando-os apenas na superficialidade.

“O conceito dialético de totalidade é *dinâmico*, refletindo as mediações e transformações abrangentes, mas historicamente mutáveis, da realidade objetiva.” (BOTTOMORE, 2001, p. 381, grifo do autor). Nessa questão, a categoria totalidade permeia o processo de interpretação da realidade social ao considerar diferentes aspectos dessa realidade.

Kuenzer (1998) mostra como se dá a categoria totalidade, apontando como o objeto de pesquisa ao mesmo tempo manifesta e é manifestação das relações sociais presentes no processo:

[...] esta categoria implica na concepção da realidade enquanto um todo em processo dinâmico de estruturação e de autocriação, onde os fatos podem ser racionalmente compreendidos a partir do lugar que ocupam na totalidade do próprio real e das relações que estabelecem com os outros fatos e com o todo [...] (KUENZER, 1998, p. 64).

Os fatos aqui são compreendidos no lugar que ocupam na realidade social e com as relações que estabelecem com os outros fatos e o todo. Mas não podemos esquecer que: “a totalidade, não são, por conseguinte, todos os fatos, o conjunto dos fatos, o agrupamento de todos os aspectos, coisas e relações.” (KOSÍK, 1976, p. 36).

A dialética da totalidade concreta não é um método que pretenda ingenuamente conhecer *todos* os aspectos da realidade, sem exceções, e oferecer um quadro “total” da realidade, na infinidade dos seus aspectos e propriedades; é uma teoria da realidade e do conhecimento que dela se tem como realidade. A totalidade concreta não é um método para captar e exaurir *todos* os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade; é a teoria da realidade como totalidade concreta. (KOSÍK, 1976, p. 36, grifos do autor).

Mesmo porque a realidade não se esgota, não existe método que dê conta de todos os aspectos da realidade. Acerca da investigação dialética, Kosík (1976, p. 40) escreve que o

Princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função *dupla*, a única capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico [...] (grifo do autor).

Cada fenômeno é um momento do todo, observado nas conexões que faz com a realidade. Existe um sentido duplo em relação ao fato histórico no método dialético: o de definir a si mesmo e ao todo.

Ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais. (KOSÍK, 1976, p. 40).

Esse movimento da parte e do todo acontece ao mesmo tempo. Segundo Kosík (1976, p. 41), a separação da parte e do todo acontece artificialmente:

[...] os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade. Do mesmo modo, o todo de que não foram diferenciados e determinados os momentos é um todo abstrato e vazio.

O todo e a parte estão intimamente conectados e um explica o outro no movimento dialético. Da mesma forma, o objeto de estudo é explicado pelos aspectos nos quais está inserido.

O objeto é também considerado a partir das mediações e transformações abrangentes. Com relação à categoria **mediação**, Bottomore (2001, p. 263) escreve que “refere-se ao estabelecimento de conexões por meio de algum intermediário”. Para Pontes (2007, p. 78), “as mediações são as expressões históricas das relações que o homem edificou com a natureza e conseqüentemente das relações sociais daí

decorrentes, nas várias formações sócio-humanas que a história registrou”. Nesse processo, o homem se relaciona com a natureza e cria mediações para essa relação:

[...] as mediações criadas historicamente na complexa relação homem-natureza são indicadores seguros e fecundos, do ponto de vista histórico-social, porque efetivamente constituem-se na expressão concreta do envolver do processo de enriquecimento humano, na sua dinâmica de objetivar-se no mundo e incorporar tais objetivações; na sua saga de buscar mediações cada vez menos “degradadas e bárbaras” e cada vez mais humano-igualitárias [...] (PONTES, 2007, p. 79).

Segundo o autor, a mediação é categoria constitutiva das relações humanas historicamente construídas. Quando estamos estudando um determinado objeto, o isolamos do todo para fins didáticos. Mas o isolamento ocorre apenas para se conhecê-lo. Não podemos deixar de lado as mediações que compõem esse objeto.

[...] embora para conhecer seja necessário uma cisão no todo, isolando os fatos a serem pesquisados e tornando-os relativamente independentes, é preciso ter clareza de que esta cisão é um recurso apenas para fins de delimitação e análise do campo de investigação; no contexto do real nada é isolado [...] (KUENZER, 1998, p. 65).

Assim, a categoria da mediação tem o importante papel de buscar as mediações que compõem o todo no qual o objeto está inserido. A mediação tem ligação com a relação de contrários. Sobre a categoria **contradição** a relação de contrários não precisa necessariamente se anular. Nessa perspectiva, Kuenzer (1998, p. 65) escreve:

[...] a pesquisa deverá buscar captar a todo momento o movimento, a ligação e a unidade resultante da relação dos contrários, que ao se opor dialeticamente, um incluindo-se/excluindo-se do outro, se destroem ou se superam; as determinações mais concretas contêm, superando-as, as determinações mais abstratas [...]

A pesquisa deve captar o movimento e a ligação da relação de contrários. A autora continua:

[...] assim, o pensamento deverá mover-se durante o transcurso da investigação, entre os pólos dialeticamente relacionados, buscando compreender onde e como se incluem/excluem, desaparecem ou originam uma nova realidade; internacionalização/nacionalização, globalização/regionalização; padronização/criatividade, centralização/descentralização, ampliação/fragmentação, educação/deseducação, qualificação/desqualificação, humanização/desumanização, especialização/politecnia, autonomia/dominação, adesão/resistência, unilateralidade/omnilateralidade, conservação/transformação [...] (KUENZER, 1998, p. 65)

O pensamento deve mover-se entre os polos contrários, mas relacionados. Não se buscam explicações lineares que acabem com as tensões dos contrários, mas captar-se o movimento do real, com suas múltiplas determinações.

## 5 Considerações Finais

Segundo Minayo (2007a), o conceito de metodologia é assunto controverso. A autora considera teoria e método dois elementos inseparáveis, “devendo ser tratados de maneira integrada e apropriada quando se escolhe um tema, um objeto, ou um problema de investigação”. (MINAYO, 2007a, p. 44).

Minayo (2007a, p. 44) pondera a metodologia de maneira abrangente:

(a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; (b) como a apresentação adequada e justificada dos *métodos, das técnicas e dos instrumentos operativos* que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; (c) e como o que denominei “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações científicas. (grifos da autora).

Em outra obra, a autora escreve:

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos

de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). A metodologia ocupa lugar central no interior das teorias e está referida a elas. (MINAYO, 2007b, p. 14).

Para Minayo, método é a “teoria da abordagem”. As uniões do método e das técnicas utilizadas na pesquisa formam a metodologia, juntamente com a “criatividade do pesquisador”. Percebemos que a figura do pesquisador e suas particularidades são elementos essenciais no processo de pesquisa. O investigador mobiliza elementos de sua subjetividade nesse processo. Algumas particularidades do investigador, como seus valores, seu potencial criativo, observação e vontade estão presentes e caracterizam o processo metodológico da pesquisa. Minayo (2007a, p. 45-46) define o que chama de “criatividade do pesquisador”:

Corresponde a sua experiência reflexiva, a sua capacidade pessoal de análise e de síntese teórica, a sua memória intelectual, o seu nível de comprometimento com o objeto, a sua capacidade de exposição lógica e a seus interesses [...] Assim o que considero “criatividade do pesquisador” diferencia os resultados das investigações, o que pode ser constatado quando vários trabalhos têm os mesmos objetos.

Por fim, enfatizamos que a pesquisa nas Ciências Sociais desafia o pesquisador a buscar uma formação consistente em relação aos diferentes métodos que sustentam a reconstrução teórica dos objetos de investigação. Esses objetos apresentam, na sua singularidade, uma complexidade sócio-histórica, exigindo rigor teórico e um desenho metodológico flexível, capaz de apreender essa complexidade. Enquanto construção, a metodologia não pode desvincular-se dos fundamentos teóricos que orientam o pesquisador. Tais fundamentos alimentam o processo da pesquisa como um todo e o próprio processo de formação do pesquisador.

## Referências

- ANDERY, Maria Amália et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 12. ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2003.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.2).
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- COHN, Gabriel. Introdução. In: FERNANDES, Florestan. (Coord.); COHN, Gabriel (Org.). **Max Weber**. Sociologia. Tradução de Amélia Cohn e Gabriel Cohn. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997. (Coleção Grandes Cientistas Sociais; 13).
- CUIN, Charles-Henry; GRESLE, François. **História da Sociologia**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Ensaio, 1994. (Série Pequeno Formato; 10).
- DIAS, Cristina Maria Nogueira Parahyba. A sociologia como ciência em Durkheim. **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 13, p. 174-205, segundo semestre. 2005.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1995. (Coleção Tópicos).
- \_\_\_\_\_. Objeto e método. In: FERNANDES, Florestan. (Coord.); RODRIGUES, José Albertino (Org.). **Émile Durkheim**. Sociologia. Tradução: Laura Natal Rodrigues. 9. ed. São Paulo: Ática, 2004. (Coleção Grandes Cientistas Sociais; 1).
- JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca).
- KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Clássicos).
- \_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Introdução de Jacob Gorender. Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Coleção Novas Direções).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007a.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007b.

MUNHOZ, Divanir Eulália Naréssi. Entre a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos: enfrentando o desafio de conhecer a realidade. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, Editora UEPG, n. 6, p. 25-40, 2006.

NETTO, José Paulo. **Marxismo impenitente:** contribuição à história das idéias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social:** um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: FERNANDES, Florestan. (Coord.); COHN, Gabriel (Org.). **Max Weber.** Sociologia. Tradução de Amélia Cohn e Gabriel Cohn. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997. (Coleção Grandes Cientistas Sociais; 13).